

An aerial photograph of a wide river valley. In the foreground, a large, winding river flows through a landscape of green fields and some buildings. A long bridge with multiple piers spans across the river in the middle ground. In the background, a densely forested hillside rises, with a small town or village visible on its slopes. The sky is overcast with grey clouds.

# ESTUDOS REGIONAIS

REVISTA DE CULTURA DO ALTO MINHO  
II SÉRIE, Nº 7

CENTRO DE ESTUDOS REGIONAIS  
VIANA DO CASTELO  
JANEIRO 2013

**TÍTULO****Estudos Regionais**

Revista Cultural do Alto Minho

II série, nº 7 (nº 32, considerando a I série)

Janeiro 2013

**EDIÇÃO**

CER, Centro de Estudos Regionais

**DIRECTOR**

José Carlos Loureiro

**COORDENADORA CIENTÍFICA**

Glória Solé

**EQUIPA REDACTORIAL/CONSELHO EDITORIAL**

António Cardoso, António Matos Reis, Armando Borlido, Carlos Branco de Morais, Esmeraldina Veloso, Glória Solé, Henrique Rodrigues, José Carlos Loureiro, Manuel Vitorino, Margarida Durães e Teodoro Fonte

**SECRETARIADO**

Lourdes Dias

**REVISÃO DAS TRADUÇÕES**

Alcinda Pimenta (The British Academy)

**COLABORARAM NESTE NÚMERO**

Alexandra Esteves, António Matos Reis, Carlos Branco de Morais, Fabíola Franco Pires, Filipa Lopes, Glória Solé, Gonçalo Maia Marques, Henrique Rodrigues, João Pedro Reino, José Carlos Loureiro, Lucinda Coutinho Duarte, Manuel de Azevedo Antunes, Manuela Benvinda Gomes Cachadinha, Maria Amélia Paiva, Maria Marta Lobo de Araújo, Ofelia Rey Castela e Vânia Silva

Estudos Regionais é uma revista com arbitragem científica

Tiragem 500 exemplares

Periodicidade anual

Design: Rui Carvalho

Impressão: Ofílitto

Apoios: Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste

ISSN: 0871-3332

Depósito Legal: 269650/08



cer

CENTRO  
DE ESTUDOS  
REGIONAIS

Largo Instituto Histórico do Minho 20/22

4900 - 522 Viana do Castelo

Portugal

Telef./Fax: 258 828 192

www.cer.pt | E-mail: estudosregionais@sapo.pt

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>	<b>José Carlos Loureiro</b> <i>Apresentação</i>
<b>ESTUDOS E ENSAIOS</b>	<b>13</b>	<b>Carlos Branco Morais</b> <i>As Incurções Monárquicas (1911-1912)</i> <i>1ª parte - A emigração lusitana e a defesa da República na fronteira com a Galiza</i>
	<b>31</b>	<b>Henrique Rodrigues</b> <i>Imigrantes Galegos documentados com passaporte em Viana do Castelo no século XIX</i>
	<b>53</b>	<b>Gonçalo Maia Marques</b> <i>Memória das Freguesias de Viana do Castelo</i> <i>(dos Tempos Modernos para o Presente e Futuro)</i>
	<b>69</b>	<b>Maria Amélia Paiva</b> <i>As capelas vinculares do concelho de Ponte de Lima: subsídios para o seu estudo</i>
	<b>85</b>	<b>Marta Lobo</b> <i>Os promettimentos dos mesários da Misericórdia de Caminha no século XVII</i>
	<b>97</b>	<b>Alexandra Esteves</b> <i>O Hospital Padre Luís Faria na assistência aos tuberculosos nas primeiras décadas do século XX.</i>
	<b>111</b>	<b>Fabiola Franco Pires</b> <i>A Casa, Couto e Morgadio de Paredes na Meadela</i>
	<b>133</b>	<b>Filipa Lopes   Vânia Silva</b> <i>As Rendilheiras de Vila do Conde nos Séculos XVII e XVIII</i>
	<b>151</b>	<b>João Pedro Reino   Lucinda Coutinho Duarte   Manuel de Azevedo Antunes</b> <i>Mitos e realidades: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz</i>
	<b>167</b>	<b>Manuela Cachadinha</b> <i>Interculturalidade e Inclusão de Novos Públicos</i> <i>na Escola – Um Desafio Global e Regional</i>
<b>FONTES E DOCUMENTOS</b>	<b>183</b>	<b>António Matos Reis</b> <i>A população de Viana da Foz do Lima no século XVI</i>
<b>MEMÓRIAS E FIGURAS</b>	<b>219</b>	<b>Glória Solé</b> <i>Manuel António Fernandes Moreira, homenagem ao homem e historiador</i>
<b>CRÓNICA</b>	<b>227</b>	<b>José Carlos Loureiro</b> <i>Vida Associativa em 2012</i>
<b>RECENSÕES E LEITURAS</b>	<b>233</b>	<b>Ofelia Rey Castelao</b> <i>La familia, la casa y el convento. Las mujeres leonesas durante la Edad Moderna</i>
<b>RESUMOS/ABSTRACTS</b>	<b>239</b>	
<b>SOBRE OS AUTORES</b>	<b>249</b>	
<b>NORMAS PARA COLABORADORES</b>	<b>254</b>	

# OS PROMETIMENTOS DOS MESÁRIOS DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA NO SÉCULO XVII

Marta Lobo

## INTRODUÇÃO

O compromisso de 1618 da Misericórdia de Lisboa, observado na Santa Casa de Caminha, estabelecia que, entre outras qualidades, os irmãos deviam ser pessoas “abastadas de fazenda de maneira, que possam acudir ao serviço da Irmandade” sem, no entanto, prejudicarem as suas vidas pessoais.

Apesar de o instrumento regulador definir, com clareza, o quadro em que os confrades deviam servir a instituição em que militavam, os mesários da Misericórdia de Caminha entendiam como sua obrigação participar no embelezamento e apetrecho da Casa, prometendo certos montantes que posteriormente haveriam de pagar.

A Santa Casa da vila minhota preserva documentação para o século XVII onde se atesta, de forma detalhada, as contribuições monetárias que os mesários prometiam dar à instituição, durante o ano do seu mandato. Essas contribuições eram denominadas “prometimentos”, pois só mais tarde eram cobradas.

Para além destas contribuições, em 1613, a Mesa pagou ainda os painéis da festa dos Passos. Já no ano anterior, o provedor, Leonel de Abreu, tinha subsidiado a referida festividade, onde gastou 4.280 réis à sua custa<sup>1</sup>. O momento era naturalmente uma ocasião relevante para a confraria, uma vez que se mostrava a todos os participantes, mas sobretudo por nesse dia se comemorar os Passos de Cristo e se dar início à semana santa. Como se desejava uma festa grandiosa e a Santa Casa não dispunha de condições para arcar com as suas despesas, para além dos mesários, em 1613, participaram também os “irmãos do cento” e os oficiais da alfândega. A confraria procurou responsabilizar todos os seus membros e recorreu ainda a pessoas exteriores, envolvendo-os na celebração, através do peditório realizado<sup>2</sup>.

A necessidade de agregar outras pessoas aos projetos destas instituições não constitui novidade e acontecia em vários setores. Ocorria normalmente quando era preciso realizar grandes obras. Todavia, também para as festas se realizavam peditórios, quando o desejo de as engrandecer era maior do que as possibilidades existentes<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo (doravante ADV), Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1609-1614*, fls. 69, 98. No ano seguinte, para se comprar o pátio foi necessário fazer um peditório entre os irmãos, o qual rendeu 24.700 réis. *Livro de receita e despeza 1609-1614*, fl. 79.

<sup>2</sup> Apesar de ter angariado 60.720 réis, as despesas ascenderam a 63.600 réis, tendo ficado a descoberto 288 réis. ADV, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1609-1614*, fls. 98v.- 99.

<sup>3</sup> Foi corrente na Misericórdia de Melgaço efectuarem-se peditórios para realizar as festas da Quaresma. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Pedir para distribuir: os peditórios e os mamposteiros da Misericórdia de Melgaço na Época Moderna. *Boletim Cultural de Melgaço*. nº 4, (2005) 75-90.

## O ENVOLVIMENTO FINANCEIRO DOS MESÁRIOS NOS PROJETOS DA SANTA CASA

A comemoração da Quaresma ocorria em todas as Misericórdias, embora nem todas procedessem ao mesmo investimento na celebração dos Passos. No século XVIII, a Santa Casa de Monção protagonizava uma grandiosa festa nesse dia, contratando carpinteiros para montar as várias “estações”, músicos para atuar durante a cerimônia e um pregador para proferir o sermão.

Embora as despesas fossem elevadas com a festividade dos Passos, em Caminha, os Santos eram celebrados com grande pompa, envolvendo também maiores recursos<sup>4</sup>.

Apesar de a Santa Casa da vila minhota estar em funcionamento pelo menos desde 1516<sup>5</sup> e de, nessa data, já possuir um hospital em atividade, não existe documentação que ateste, com segurança, o seu começo<sup>6</sup>.

Como é sabido, as Mesas não funcionavam com programas estabelecidos para o ano em que serviam, mas os mesários procuravam agregar ao seu desempenho um conjunto de melhoramentos que dignificavam a sua passagem pelo órgão diretivo. Constituía uma forma de engrandecer a instituição mas, naturalmente, também de aumentar o poder pessoal e familiar dos confrades, capitalizando prestígio. As estratégias acionadas para criar memória referente ao exercício de cargos não se confinaram à participação financeira, quer fosse individual, quer de grupo. O ingresso de elementos das suas famílias nas fileiras da instituição, durante o mandato, foi também comum, fortalecendo o corpo de irmãos. As esmolas individuais, principalmente as dos provedores, serviram igualmente para perpetuar os seus nomes à frente da instituição.

Os gestores de Caminha, como não dispunham de verbas para levar a cabo programas de reformas ou para promover a aquisição de bens de equipamento, comprometiam-se individualmente a dar um montante em dinheiro, que devia ser pago no momento adequado.

Cabia ao provedor, enquanto cabeça da instituição e dirigente da Mesa, propor as medidas a tomar para o mandato. Na primeira sessão da Mesa, após a tomada de posse, o provedor enuncia a vontade de realizar alguns melhoramentos e envolvia todos na decisão. Os mesários deviam participar com o seu trabalho, mas responsabilizar-se também pela concretização dos projetos assumidos. A propósito dos melhoramentos para 1620, o provedor interrogou os restantes colegas sobre o programa apresentado, tendo a maioria dos presentes oferecido vários montantes.

No início da reunião era

“[...] acordado entre todos que se fizessem algumas obras necessarias para esta santa caza e que cada um dese suas esmolas para a custa dellas se fazerem e porquanto a dita caza era muito pobre e não ter rendimentos para isso e para assim o acordaram prometeo cada hum delles o seguinte a saber”<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> Esta análise encontra-se em ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Misericórdia de Caminha. In CAPELA, José Viriato (dir.) - *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Braga, NEH, Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 2005. p. 669.

<sup>5</sup> Leia-se, a propósito, ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu concelho: monografia*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha, 1985. p. 16.

<sup>6</sup> PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 3. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2004. p. 372.

<sup>7</sup> O provedor prometeu 20 mil réis, o escrivão 4 mil réis, o tesoureiro 2 mil réis, Belchior Abreu Rocha, 3 mil réis, Pero Gomes 2 mil réis, Francisco Mendes Pereira 2 mil réis, João Gonçalves 1.300 réis, Francisco Abreu Vale não prometeu nada, Pero Martins, 2 mil réis, António Gonçalves 2 mil réis, Gaspar Vaz 1.500 réis, Francisco Dias 1.000 réis, António Fernandes 1.000 réis. ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1616-1626*, fls. 81-81v.

Após o texto, discriminava-se cada um e colocava-se o montante declarado à frente do seu nome<sup>8</sup>. O registo comprometia o visado a pagamento, porquanto tornava pública a sua promessa.

Os quantitativos prometidos correspondiam à representação de cada confrade na instituição, ou seja, o provedor era responsável pela maior quantidade de dinheiro oferecida, seguido normalmente do escrivão e do tesoureiro. Vinham depois os restantes irmãos nobres e no fim os oficiais. Não raras vezes, o provedor, para não desmerecer a sua casa e para servir de exemplo aos restantes colegas de Mesa, deu um montante superior à soma de todos os restantes mesários<sup>9</sup>. As elevadas somas que praticamente todos os provedores doaram à Misericórdia atestavam o seu poder financeiro e davam visibilidade à magnanimidade do seu gesto<sup>10</sup>. Para além da entrega destes montantes, muitos provedores davam ainda esmolas, destinadas à aquisição de equipamentos ou ao benefício de pobres. A análise das quantias oferecidas permite constatar quem, de facto, neste período, pagava as obras e as compras na instituição.

A pergunta do provedor repetia-se ano após ano<sup>11</sup>, instituindo-se o costume de assim se proceder em todos os mandatos. Segundo alguns provedores, tratava-se de “um antigo costume” que, anualmente, os novos mesários não desejavam interromper, para não serem sujeitos a juízos menos valorativos. Deixar de participar os melhoramentos era assumir a incapacidade financeira em que se encontravam, o que prejudicava a sua imagem localmente.

A participação dos detentores destes lugares dava corpo a uma estratégia de afirmação pessoal, mas também de grupo, pois associava o nome de cada um ao esforço de melhoramento e engrandecimento da instituição.

Embora a Santa Casa de Caminha estivesse em funcionamento há mais de um século, as suas finanças não suportavam o “programa” de crescimento que os mesários estabeleciam, vendo-se, por conseguinte, obrigados a custeá-lo, repartindo as despesas entre todos e dando cada um o que podia.

A Santa Casa possui um valioso arquivo com fontes que permitem conhecer, em profundidade, o seu funcionamento durante a Idade Moderna. Todavia, o seu espólio permanece em grande parte por explorar. A instituição não dispõe de uma monografia, não sendo possível, por isso, conhecer as suas fontes de financiamento, em detalhe, embora saibamos que as rendas, os foros e, a partir da década de 20 do século XVII, os juros provenientes do crédito assumissem um lugar de destaque nas suas finanças. Há ainda que considerar os rendimentos dos enterros, as pequenas esmolas<sup>12</sup>, a recepção de alguns legados e os juros do almoxarifado de Viana. É, no entanto, claro que, para o período em estudo, precisou da contribuição dos mesários para se engrandecer, demonstrando que, apesar dos rendimentos que possuía, estes não eram suficientes para concretizar melhoramentos.

As Misericórdias mais pequenas conheceram maiores dificuldades em atrair legados, principalmente quando num raio de poucos quilómetros existia uma congénere de maiores dimensões, como se verificava em Viana da Foz do Lima<sup>13</sup>. Esta razão pode ajudar a compreender a dependência da confraria de Caminha do financiamento dos seus gestores até mais tarde, uma vez que o mais comum foi estas instituições dependerem de esmolas, principalmente no seu começo<sup>14</sup>.

<sup>8</sup> Com exceção do provedor, escrivão e tesoureiro, para os quais se mencionavam apenas os cargos, todos os restantes irmãos da Mesa eram identificados pelo nome.

<sup>9</sup> Aconteceu em 1616, 1618, 1623, 1631, 1635-1637, 1645, 1646, 1647, 1652, 1655, 1656, 1666 e 1667.

<sup>10</sup> Leia-se MAGALHÃES, António - *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. vol. I. Braga: Universidade do Minho, 2009. pp. 229-233, dis. de doutoramento policopiada.

<sup>11</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1626-1636*, fl. 16v.

<sup>12</sup> Por vezes, surge o oferecimento de uma pescada.

<sup>13</sup> Acerca do poderio desta confraria no começo do século XVII veja-se MAGALHÃES, António - A Pompa e a Inovação: a Misericórdia de Viana da Foz do Lima e os conflitos com as confrarias dos Mareantes (1523-1624). *NW Noroeste. Revista de História 3*, CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. TERRITÓRIOS, CULTURAS E PODERES - *Actas*. vol. II. Braga: ICS, 2007. pp. 359-375.

<sup>14</sup> Veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães - “As Misericórdias da fundação à União Dinástica”. In PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae*

Em Caminha, parece, em parte, ter-se verificado o sucedido em várias congéneres que terão “sobrevivido durante várias décadas exclusivamente da recolha de esmolas”<sup>15</sup>. Deve ainda referir-se que, na vila minhota, existiam outras confrarias com quem a Misericórdia concorria na atração de legados. Na vila existiam, na mesma altura, as seguintes confrarias: Santíssimo Sacramento<sup>16</sup>, Nossa Senhora do Rosário, Mareantes<sup>17</sup>, Clérigos, São João Baptista, Espírito Santo<sup>18</sup> e Estudantes. A Matriz e o convento de Santo António receberam igualmente essas fundações. Existiam ainda irmandades sediadas em ermidas, como acontecia com a de São João Baptista.

Algumas destas associações viviam também de esmolas, quer dos seus fiéis, quer dos irmãos ou, ainda, das rendas da Câmara local, como se verificava em 1615 com a de São João Baptista, que recebia rendimentos provenientes da barca administrada pelo Município<sup>19</sup>.

Na Santa Casa, foi preciso esperar pelas últimas décadas do século e as primeiras de setecentos para se assistir à chegada de maior volume de legados, como se verificou em muitas congéneres<sup>20</sup>.

O crescimento de legados está associado à divulgação da ideia do purgatório e ao investimento feito na salvação. A crença na remoção das almas do purgatório para o paraíso foi responsável pela instituição de legados em várias instituições, tendo as Misericórdias assumido um papel relevante na receção dessas fundações<sup>21</sup>.

O enraizamento da prática de participarem nas despesas da instituição foi determinante para os mesários a assumirem quase como obrigatória, não desejando quebrar o que consideravam ser um costume a manter. Ao longo do século XVII, os confrades investiram na celebração de festas, na aquisição de bens para o hospital e igreja e na realização de obras. Também pagaram esmolas aos pobres.

A justificação para estas participações assentava no estado de debilidade das finanças da instituição e na vontade dos confrades a engrandecerem, procurando igualá-la, em alguns aspectos, a outras confrarias da vila que consideravam mais ricas e melhor apetrechadas.

A robustez financeira destas instituições passou principalmente pela receção de legados, de doações, pelo empréstimo de dinheiro a juro e pela arrecadação de foros, rendas e pensões, entre outros<sup>22</sup>. Deve, no entanto, salientar-se as particularidades e a importância dos contextos locais na composição das receitas de cada instituição.

Para a Misericórdia de Caminha ainda não é possível conhecer, com profundidade, a composição das

*Monumenta Misericordiarum*. vol. 1 ..., 2002. pp. 29-34; SÁ, Isabel dos Guimarães; PAIVA, José Pedro - “Introdução”. In Paiva, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 3 ..., 2004. p. 16.

<sup>15</sup> ABREU, Laurinda - “O século das Misericórdias”. In III CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES. D. MANUEL E A SUA ÉPOCA - *Actas*. vol. II. Braga: Câmara municipal de Guimarães, 2004. p. 367.

<sup>16</sup> Arquivo Distrital de Braga, (doravante ADB), Registo Geral, livro nº 79, fls. 266-266v.

<sup>17</sup> Esta confraria esteve sediada na Matriz, mas em 1766 os seus confrades pediram ao arcebispo de Braga para mandar benzer a capela que tinham construído de raiz, a fim de nela poderem celebrar. Esta capela estava localizada no campo fora das portas do Cabo. ADB, Registo Geral, livro nº 137, fls. 95-95v.

<sup>18</sup> Esta confraria foi dotada de novos estatutos, em 1543, por os antigos terem desaparecido. Tratava-se de uma irmandade de padres, que recebia também leigos. ADB, Registo Geral, livro nº 208. 2.

<sup>19</sup> ADB, *Registo Geral*, livro nº 12, fls. 101-102.

<sup>20</sup> Veja-se, entre outros, ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. pp. 47-49; ARIEIRO, José Borlido - *A Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1995. pp. 27, 89; SILVA, Mário José Costa da - *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho*. Espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803). Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 1999. p. 86; COSTA, Américo Fernando da Silva - *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800 (caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII)*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999. pp. 79-80; PEREIRA, Maria da Dores de Sousa - *Entre ricos e pobres; a actuação da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008. pp. 108-109;

<sup>21</sup> Consulte-se ABREU, Laurinda - Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). *Dynamis*. vol. 20, (2000) 397-398.

<sup>22</sup> Sobre as receitas destas instituições para o período em estudo, confira-se ABREU, Laurinda - “As Misericórdias de Filipe II a D. João V”. In PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1 ..., pp. 57-65.

suas receitas para o século XVII. No entanto, sabe-se que os mesários a consideraram pobre em vários momentos. Mas qual seria a proporção das suas dificuldades? Qual o grau da sua pobreza? As receitas de que dispunha não eram suficientes para as práticas de caridade em curso? Ou a vontade dos mesários em dotar a instituição de aparato e grandiosidade em momentos considerados mais relevantes, como eram as festas e os desfiles processionais, era maior do que o permitido pelas suas finanças? Com quem concorria a Santa Casa? Quanto representavam os “prometimentos” nas receitas anuais da confraria?

A preocupação de realizar obras foi patente nos primeiros três quartéis do século XVII. Os gestores expressavam a vontade de as comparticiparem através dos “prometimentos”. Em 1617, as esmolas que os irmãos prometeram destinaram-se a dourar e pintar o retábulo da capela do *Ecce Homo*<sup>23</sup>. Passados nove anos, estas esmolas foram aplicadas no pagamento do pedreiro que trabalhou na obra da igreja e no douramento do coro da capela-mor<sup>24</sup>. Todavia, como nesse ano o montante conseguido entre os 13 foi muito limitado, no ano seguinte o dinheiro angariado aplicou-se nas obras que se mantinham na capela-mor, nomeadamente na pintura do arco do cruzeiro. Começada a construir em 1551, a igreja da Santa Casa de Caminha foi objeto, ao longo do século XVII, de um programa de intervenção que visou alterar a sua feição renasçença e adaptá-la às novas exigências barrocas. Em 1627, manifestava-se o desejo do remanescente do dinheiro dado ser aplicado “em mandar vir o azulejo para se azulejar a capela-mor”. Revestir de azulejo a capela-mor exigia muito dinheiro, tendo sido necessário chamar todos os “irmãos do cento” para participarem nas despesas e nem mesmo assim o montante conseguido foi suficiente para lhes fazer face. No ano seguinte, continuava-se a juntar dinheiro para pagar os azulejos que chegariam de Lisboa, onde tinham sido encomendados<sup>25</sup>.

Para revestir a capela-mor, a Misericórdia precisou do esforço financeiro de todos os seus membros e dos mesários, pelo menos ao longo de quatro anos. Mesmo assim, em 1629, os azulejos ainda não tinham chegado e os irmãos da Mesa continuavam a prometer dinheiro para esta obra. Por essa altura, também a Misericórdia do Porto mandou vir azulejos de Lisboa para revestir a sua igreja. A obra foi custeada pelo donativo de 200 mil réis, oferecidos pelo Senado da cidade à confraria<sup>26</sup>. Contrariamente ao verificado no Porto, em Caminha, toda a confraria foi chamada a custear os azulejos, facto que denuncia a falta de recursos e se reflete no período de tempo de concretização do projeto.

Muitas Misericórdias revestiram, por essa ocasião, as suas igrejas de azulejos. A maneira encontrada por cada uma foi diversa, havendo quem forrasses todo o espaço, ou quem optasse apenas pela capela-mor. A defesa de igual medida encontra-se nos irmãos da Misericórdia de Braga, em 1662, ao resolverem azulejar a sua igreja para acompanhar o movimento de renovação e embelezamento das restantes congéneres do reino. Os confrades de Braga consideravam que revestir de azulejo o seu templo contribuía para aumentar a sua autoridade e o seu prestígio no universo confraternal nacional<sup>27</sup>.

O atraso da chegada do material a Caminha esteve relacionado com a escassez de dinheiro para o pagar. Em 1631, o provedor informava os colegas que faltava assentar os azulejos, o que fazia prever que estes já se encontrariam na vila. Depois de a encomenda de azulejos ter sido paga, foi necessário novo esforço financeiro para custear o trabalho de os colocar. Se a capela-mor ficou

<sup>23</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1616-1626*, fl. 25v.

<sup>24</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1616-1626*, fl. 207v.

<sup>25</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1626-1636*, fls. 16, 28-29, 54.

<sup>26</sup> Consulte-se para este assunto FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha - *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. vol. III. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995. pp. 243-245.

<sup>27</sup> Consulte-se CASTRO, Maria de Fátima - *Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga*. Braga: Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001. p. 19. Para a igreja da Santa Casa de Chaves leia-se VIÇOSO, Maria Isabel - *Igreja da Misericórdia de Chaves*. Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas, 2000. pp. 22-23.

mais valiosa com os painéis de azulejos, o novo revestimento exigiu também outras obras. Como o retábulo dessa capela foi considerado “indecente” e a precisar de melhoramentos, os mesários comprometeram-se a pagar a sua pintura<sup>28</sup>.

Com um programa de obras exigente em curso, o provedor pediu, em 1638, aos colegas de Mesa para se responsabilizarem financeiramente pelo conserto do telhado e pelos arranjos da porta principal da igreja, obra que orçava em 10 mil réis, pois já se encontrava realizada e ainda por pagar<sup>29</sup>.

Após a reparação dos telhados e da porta principal, as obras centraram-se nos altares colaterais, em 1642. O seu douramento ficou, mais uma vez, a cargo dos mesários<sup>30</sup>. O programa de remodelação da igreja parece ter abrandado em 1666, data em que os gestores se responsabilizaram pelo pagamento dos melhoramentos no consistório e do forro da sacristia<sup>31</sup>. Para além das obras discriminadas, foram realizadas outras mais pequenas. O facto de não serem particularizadas parece evidenciar tratar-se de pequenas reparações.

A igreja foi, sem dúvida, o imóvel que maior atenção mereceu. O hospital apenas foi mencionado em 1618, sendo referidos os consertos de que foi alvo.

A calendarização das obras da igreja obedeceu a um plano, inicialmente traçado, que valorizou, primeiramente, a capela-mor, depois os telhados e, em último lugar, os altares colaterais, sacristia e consistório. Por ser o lugar de maior solenidade, a capela-mor, onde se encontrava o sacrário, teve um programa de obras diferente e nela se centraram os maiores esforços financeiros.

A aquisição de bens para a igreja e sacristia precisou igualmente do envolvimento dos gestores: a compra da capa de asperge de damasco preto e guarnecida a veludo da mesma cor, igual à da confraria do Espírito Santo da vila, em 1618, a aquisição de uma tumba nova para os mesários e o conserto da “velha”, a compra de um resplendor em 1645 e das almofadas para uma das tumbas, em 1660, reuniu também consenso entre os membros da Mesa.

Como anteriormente mencionámos, uma das preocupações destes irmãos foi o hospital. Em 1618, fizeram “promettimentos” para serem adquiridos alguns equipamentos, sendo o seu remanescente aplicado nas obras do hospital “por ter disso muita necessidade” e em “outras cousas miudas”.

Depois destas obras, a Misericórdia resolveu melhorar o recheio da igreja, investindo nas alfaias religiosas. Em 1663, os gestores da confraria decidiram adquirir, à sua custa, uma custódia “para o Senhor, [pois] estava indecentemente sem ella”<sup>32</sup>.

Por fim, os pobres. Com o aumento do volume de necessitados e o surgimento de um rol com os providos, a confraria passou a despender cada vez mais com os assistidos regularmente. Por isso, em 1669, foram os irmãos da Mesa que arcaram com a despesa efectuada com estes necessitados<sup>33</sup>.

Devido ao crescimento do número de pobres e à incapacidade financeira das instituições de assistência atender a todos, foi necessário estabelecer critérios de seleção e efetuar róis. Estas listas de pobres permitiam à instituição distribuidora controlar a população esmolada, uma vez que os ajudados eram escrutinados anualmente. Através deste mecanismo, a instituição sabia a quem dava e o que distribuía.

<sup>28</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1626-1636*, fl. 32.

<sup>29</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1626-1636*, fl. 70.

<sup>30</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despeza 1642-1652*, fls. 20-20v. Acerca destes altares veja-se Alves, Lourenço, *Caminha e o seu concelho...*, p. 119.

<sup>31</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro dos acórdãos, assentos dos irmãos e cappelas desta Santa Caza da Mizericordia da villa de Caminha 1653-1674*, fls. 110-111.

<sup>32</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro dos acórdãos, assentos dos irmãos e cappelas...*, fl. 82.

<sup>33</sup> ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro dos acórdãos, assentos dos irmãos e cappelas...*, fls. 142-142v. Desde a primeira metade do século XVII que a Misericórdia esmolava um certo número de pobres que colocava no rol. Em algumas Santas Casas, quando faltava dinheiro para ajudar os pobres, eram os próprios mesários que se cotizavam entre si para manter o programa de auxílio que tinham em curso. Para a Misericórdia de Mora leia-se CORREIA Lopes - *A Santa Casa da Misericórdia de Mora*, s. I, s. e., 1964, p. 67.

**Quadro 1**  
**Os “prometimentos” dos mesários da Misericórdia de Caminha (1612-1673)**

Anos	Montantes (em réis)	Receitas anuais (em réis)	Representação dos montantes prometidos nas receitas anuais em %
1612	23.700	59.152	40,06%
1613	38.100	85.527	44,54%
1614	37.900	61.770	61,13%
1616	52.800	49.664a)	106,31%
1617	31.400	89.720	34,99%
1618	38.200	65.610	42,62%
1619	40.000	98.955	40,42%
1620	41.800	113.6901 <sup>35</sup>	36,76%
1622	27.000	80.430	33,56%
1623	32.600	106.300	30,66%
1624	40.200	b)	
1626	13.500	130.257	10,36%
1627	42.100	118.320	35,58%
1629	41.000	80.005	34,65%
1630	52.000	113.338	45,88%
1631	54.000	98.213	54,98%
1632	53.170	b)	
1634	53.620	114.705	46,74%
1635	51.800	148.121	34,97%
1636	33.352	129.747	25,70%
1637	38.200	146.552	25,92%
1638	16.000	129.365	12,36%
1641	40.100	124.500	32,20%
1642	35.900	156.616	22,92%
1643	36.900	125.922	29,30%
1645	24.600	142.419	17,27%
1646	32.400	168.471	19,23%
1647	32.000	138.087	23,17%
1651	41.400	175.438	23,59%
1652	39.600	b)	-
1653	25.800	b)	-
1655	35.000	b)	-
1656	46.600	b)	-
1660	10.500	b)	-
1661	49.200	b)	-
1662	11.500	b)	-
1663	23.000	b)	-
1664	12.000	b)	-
1665	11.100	b)	-
1666	51.600	b)	-
1669	18.500	b)	-
1670	22.100	b)	-
1671	4.000	b)	-
1672	20.050	b)	-
1673	28.000	b)	-

Fonte: ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, Livro de receita e despesa 1609-1614; Livro de receita e despesa 1616-1626; Livro de receita e despesa 1626-1636; Livro de receita e despesa 1635-1638; Livro de receita e despesa 1642-1652; Livro dos acórdãos, assentos dos irmãos e capelas desta Santa Casa da Misericórdia da villa de Caminha 1653-1674.

<sup>34</sup> Neste ano, o arcebispo de Braga D. Afonso Furtado de Mendonça, deu de esmola à irmandade 20 mil réis. Recebeu mais 20 mil réis que lhe doara Leonardo Fróis dos rendimentos dos mil cruzados que tem em poder de Isabel Mendes Dantas. ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa 1616-1626*, fl. 99.

- a) Neste ano, não se cobraram os juros do almoxarifado de Viana, ficando esta obrigação registrada para que os mesários do ano seguinte procedessem à recolha deste dinheiro<sup>35</sup>.
- b) Para os anos de 1652 a 1673, não se conservam livros de receita e despesa. Para os anos de 1624 e 1632, não existe informação disponível.

O ritmo dos “promettimentos” pode ser estudado de forma quase sequencial entre 1612 e 1673, todavia, nestes mais de 60 anos conheceram-se várias alterações nos montantes oferecidos. Os anos de 1626, 1660, 1662, 1665 e 1671 destacam-se pelas limitadas somas prometidas. Realça-se, igualmente, a tendência de descida destas promessas, a partir de meados de seiscentos.

Embora não tenhamos a identificação de todos os mesários para os anos em estudo, é possível verificar que muitos repetiam a experiência governativa, levando-os a desembolsar quantias assinaláveis para a instituição<sup>36</sup>. Talvez por esse facto, vários irmãos passaram a “nada” prometer, como aconteceu em 1647, quando dois confrades oficiais se negaram a responder favoravelmente ao apelo do provedor. Os atos isolados ganharam maior expressão quando, em 1664 e 1669, “não prometeram nada os irmãos maquanicos”. Neste último ano, até o provedor justificou os seus 12.500 réis, dizendo “não poder prometer mais”<sup>37</sup>, pois, normalmente, os seus homólogos davam entre 20 e 30 mil réis. Desembolsar dinheiro em tempo de crise constituía, por si só, um esforço redobrado. Por outro lado, muitos destes homens repetiam a experiência governativa, o que significava participar os projetos da confraria ao longo de vários anos. As famílias Gonçalves Fagundes, Pita e Lobo Mesquita integravam os poderosos da terra e mantiveram-se durante décadas no órgão dirigente<sup>38</sup>.

O fenómeno, apesar de ser mais frequente nos oficiais, alastrou aos nobres, tendo três deles, decidido, em 1653, “nada” prometerem. Embora fosse um antigo costume, sente-se o peso desta participação anual nos casos em que eram chamados a servir várias vezes. A falta de liquidez financeira levava estes homens a tornar pública a sua incapacidade ou a assumirem a responsabilidade de pagamento, sem posteriormente a conseguirem efectivar<sup>39</sup>.

Em 1646, o escrívão não deu “nada por ora por ter já muito gastado e não estar em tempo”. Houve ainda quem não arriscasse um montante, declarando somente a vontade de corresponder ao chamamento do provedor, coresponsabilizando-se com os colegas, mas não indicando nenhum valor. No ano seguinte, o tesoureiro, provavelmente o mesmo irmão voltou a nada prometer, alegando uma vez mais as repetidas despesas já efetuadas com a Casa<sup>40</sup>. O confrade assumia com clareza o muito que já tinha dado à instituição e a falta de recursos para manter novos compromissos. O mesmo argumento foi utilizado por João Velho, em 1653, para se esquivar a pagamento, alegando “o muito zelo e serviço que tem feito nesta Santa Caza nas obras della”. Para este irmão oficial, o seu envolvimento nas obras da instituição equivalia às esmolas doadas pelos seus colegas de Mesa, não se sentindo moralmente obrigado a novos desembolsos. Do seu discurso, infere-se ainda a importância conferida ao trabalho voluntário que realizava na confraria.

<sup>35</sup> ADV, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa 1616-1626*, fl. 16v.

<sup>36</sup> O licenciado Gaspar Gonçalves Fagundes integrou a Mesa pelo menos em 1613, 1614 e 1623. Desconhecemos a composição deste órgão em 1615, 1618 e 1621.

<sup>37</sup> ADV, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro dos acórdãos, assentos dos irmãos e cappelas...*, fls. 92, 142-142v.

<sup>38</sup> Sobre as elites locais e a sua ascensão aos principais cargos das instituições das suas terras leia-se MONTEIRO, Nuno Gonçalo “As famílias principais e os poderosos”, in OLIVEIRA, César (dir.) - *História dos Municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 62.

<sup>39</sup> Mateus Lobo Mesquita comprometeu-se a dar 2 mil réis em 1637, mas não os pagou. ADV, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa 1635-1638*, fl. 47.

<sup>40</sup> ADV, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa 1642-1652*, fl. 72v.

ADV, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa 1642-1652*, fl. 187v.

Alguns irmãos expressavam o enfado que sentiam em servir a confraria, o qual se materializava em palavras, mas também em atos. Neste período, era já corrente em algumas congéneres a desobediência manifestada por certos confrades nos acompanhamentos fúnebres, recusando-se a carregar a tumba ou a empunhar as tochas, mas também nos peditórios, esquivando-se ao trabalho de “pedir para distribuir”<sup>41</sup>. O ambiente de conflito e de desafio esteve igualmente presente nos atos eleitorais. Ou seja, passado mais de um século sobre a sua criação, é manifesta a mudança operada nas Misericórdias sobre o entendimento que os confrades tinham do exercício da caridade.

As quantias obtidas anualmente oscilaram, tendo os anos de 1626, 1660, 1662 e 1669 registado um decréscimo assinalável.

Os resultados obtidos dos “prometimentos”, em 1626, refletem a incapacidade financeira dos irmãos que, à semelhança da restante população, se ressentia da má conjuntura económica e da sobrecarga de impostos, agravada por Filipe II<sup>42</sup>.

O ligeiro abaixamento desta receita na década de 40 pode estar associado ao imposto da décima criado no seu começo e ao ambiente de guerra vivido nas zonas raianas do Minho<sup>43</sup>. Como consequência da guerra, o hospital da Santa Casa passou, a partir de 1642, a internar soldados, vendo-se obrigado, no ano seguinte, a adquirir roupa para as camas dos militares. Foi ainda preciso consertar os catres onde estes se deitavam. A instabilidade causada pela guerra na região foi grande e prejudicou o comércio da vila. Os ataques dos galegos às actividades comerciais dos habitantes locais, feitos através do rio Minho, tiveram repercussões negativas no volume de trocas<sup>44</sup>.

A descida verificada na década de 60 e, particularmente, em alguns dos seus anos pode também ter ficado a dever-se ao quotidiano de guerra das populações: a participação direta nos combates, o aquartelamento de tropas, o arresto de bens para a manutenção dos soldados e dos cavalos, a destruição de colheitas, a diminuição do volume de comércio e o pagamento de impostos contribuíram para agravar as suas condições de vida<sup>45</sup>.

Na década seguinte, a dificuldade de assumir o compromisso feito é manifesta e verifica-se também entre os que aparentemente teriam melhores condições de pagamento<sup>46</sup>.

O quadro 1 possibilita ainda verificar a importância dos “prometimentos” nas receitas da instituição ao longo de quase toda a primeira metade do século XVII. A sua análise aponta para o significado destas receitas, ajudando a explicar o comportamento dos mesários em persistir nesta forma de financiamento da confraria. Se não atendemos ao ano de 1616, pelas razões expostas, nem aos de 1626 e 1638, em que a queda encontra justificação na má conjuntura económica, verificamos que, sensivelmente até ao começo da década de 40, a importância desta comparticipação dos mesários alcançava um grande significado na Misericórdia. A partir dessa data, a menor incidência nas receitas ficou a dever-se ao maior volume de ingressos na confraria, esbatendo a relevância dos “prometimentos” que, por sua vez, não só decaíram, como nem sempre foram efetivados, perdendo eficácia em termos de receita.

<sup>41</sup> A Misericórdia realizava um peditório pelas freguesias do concelho, destacando irmãos para essa tarefa.

<sup>42</sup> Sobre os reflexos da subida de impostos na vida das populações consulte-se OLIVEIRA, António - *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991. pp. 72-159. A propósito da evolução das receitas e despesas da Misericórdia de Évora na dinastia dos Áustrias veja-se PARDAL, Rute - *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina. Estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*. Lisboa: CIDEHUS/Colibri, 2007. pp. 85-87.

<sup>43</sup> Foi principalmente no Alentejo e no Minho que o conflito bélico atingiu maiores proporções. Confira-se MONTEIRO, Nuno Gonçalo - “A guerra da Aclamação”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) - *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000. pp. 270, 275-277.

<sup>44</sup> Após a guerra da Restauração, as zonas fronteiriças tornaram-se pólos defensivos onde se avolumou a presença militar. Para as terras da Casa do Infantado veja-se LOURENÇO, Maria Paula Marçal - *A Casa e o Estado do Infantado 1654-1706*. Lisboa: JNICT, 1995. p. 56.

<sup>45</sup> A situação portuguesa no período decisivo da guerra era dramática. A sua análise encontra-se em XAVIER, Ângela Barreto; CÁRDIM, Pedro - *D. Afonso VI*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. pp. 141-151.

<sup>46</sup> Em 1673, o provedor apesar de ter prometido 10 mil réis, pagou-os em duas parcelas, dando 4 mil réis para os sermões e ficando a dever o restante. ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro dos acórdãos, assentos dos irmãos e capelas...*, fls. 174-174v.

## CONCLUSÃO

O estudo desta forma de participação se, por um lado, demonstra que os irmãos foram progressivamente deixando de desembolsar dinheiro para a confraria, como que quebrando a tradição de pelo menos várias décadas, evidencia, por outro, a capacidade que a instituição foi obtendo, ao ponto de deixar de precisar dos “prometimentos”, uma vez que os legados aumentaram. O dinheiro a juro, as propriedades e os foros e rendas recebidas fortaleceram a confraria, possibilitando-lhe maior solidez e a concretização de projetos que, até então, só foram possíveis graças ao investimento que os mesários faziam anualmente na instituição. A chegada de mais legados levou ao desaparecimento dos “prometimentos” e ao alívio dos mesários, embora alguns deles continuassem, de livre vontade, a beneficiar a confraria.

## FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Fundo da Misericórdia de Caminha:

*Livro de receita e despeza 1609-1614.*

*Livro de receita e despeza 1609-1614.*

*Livro de receita e despeza 1616-1626.*

*Livro de receita e despeza 1626-1636.*

*Livro de receita e despeza 1616-1626.*

*Livro de receita e despeza 1635-1638.*

*Livro de receita e despeza 1642-1652.*

*Livro dos acórdãos, assentos dos irmãos e capelas desta Santa Casa da Misericórdia da villa de Caminha 1653-1674.*

Arquivo Distrital de Braga:

Registo Geral

livros nº 12, 79, nº 137, nº 208. 2.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

ABREU, Laurinda - “Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)”. *Dynamis*, vol. 20, (2000) 395-415.

ABREU, Laurinda - “As Misericórdias de Filipe II a D. João V”. In PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol 1. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias, 2002, pp. 57-65.

ABREU, Laurinda - “O século das Misericórdias”. In III CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES. D. MANUEL E A SUA ÉPOCA - *Actas*. vol. II. Braga: Câmara municipal de Guimarães, 2004. pp. 363-375.

ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu concelho: monografia*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha, 1985.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - “Misericórdia de Caminha”. In CAPELA, José Viriato (dir.) - *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758*. Alto Minho: Memória, História

e Património. Braga: NEH, Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 2005. pp. 668-669.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Pedir para distribuir: os peditórios e os mamposteiros da Misericórdia de Melgaço na Época Moderna. *Boletim Cultural de Melgaço*. nº 4, (2005) 75-90.

ARIEIRO, José Borlido - *A Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1995.

CASTRO Maria de Fátima - *Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga*. Braga: Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001.

COMPROMISSO da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619.

CORREIA Lopes - *A Santa Casa da Misericórdia de Mora*, s. l., s. e., 1964.

COSTA, Américo Fernando da Silva - *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800 (caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII)*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha - *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. vol. III. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal - *A Casa e o Estado do Infantado 1654-1706*. Lisboa: JNICT, 1995.

MAGALHÃES, António - A Pompa e a Inovação: a Misericórdia de Viana da Foz do Lima e os conflitos com as confrarias dos Mareantes (1523-1624). *NW Noroeste. Revista de História* 3, CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. TERRITÓRIOS, CULTURAS E PODERES-Actas. vol. II. Braga: ICS, (2007) 359-375.

MAGALHÃES, António - *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. vol. I. Braga: Universidade do Minho, 2009, dis. de doutoramento policopiada.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - "A guerra da Aclamação". In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) - *Nova História Militar de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. pp. 268-281.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - "As famílias principais e os poderosos". In OLIVEIRA, César (dir.) - *História dos Municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp. 60-63.

OLIVEIRA António - *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.

PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 3. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2004.

PARDAL, Rute - *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina. Estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*. Lisboa: CIDEHUS/Colibri, 2007.

PEREIRA, Maria da Dores de Sousa - *Entre ricos e pobres; a actuação da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008.

SÁ, Isabel dos Guimarães - "As Misericórdias da fundação à União Dinástica". In PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 19-45.

SÁ, Isabel dos Guimarães; PAIVA, José Pedro - "Introdução". In PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 3. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2004. pp. 7-21.

SILVA, Mário José Costa da - *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho. Espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803)*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 1999.

VIÇOSO, Maria Isabel - *Igreja da Misericórdia de Chaves*. Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas, 2000.

XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro - *D. Afonso VI*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.